

# Di Gênio quer mudar o MEC

Acompanhando de perto as discussões sobre livre negociação ou nos bastidores do Planalto, onde manteve alguns encontros com o presidente Fernando Collor, o diretor-presidente do Grupo Objetivo, João Carlos Di Gênio, está sempre sugerindo propostas que acredita necessárias para a promoção da melhoria do ensino. Com relação às mensalidades escolares, Di Gênio salienta que o Governo não deveria perder tempo discutindo preços cobrados por estabelecimentos de ensino privado, mas trabalhar no sentido de buscar a boa qualidade da escola pública.

Di Gênio propõe até a mudança do nome do MEC, que segundo ele deveria passar a se chamar Ministério da Instrução Pública, para que as autoridades estejam sempre cientes de que é preciso dar ênfase à escola pública. Ressalta que o MEC deveria cuidar apenas do ensino de 1º e 2º graus, deixando as universidades para a Ciência e Tecnologia.

No Brasil, segundo Di Gênio, existem cerca de 300 mil professores que não ganham um salário mínimo. Quase 25 por cento da

população é analfabeta e aproximadamente 50 por cento analfabetos funcionais, ou seja, abandonam a escola por volta dos nove anos e por isso não têm acesso aos bons empregos. O ensino brasileiro se equipara aos piores do mundo, ressaltava Di Gênio. Na Coreia, exemplifica, de cada cem alunos, 85 terminam o segundo grau, enquanto que no Brasil apenas 15 concluem.

Para mudar esse quadro promete o ministro Carlos Chiarelli, serão investidos este ano na educação, seis bilhões de dólares, 20 por cento a mais do que foi aplicado em 1990, dando prioridade ao ensino fundamental, visando o combate ao analfabetismo. Mas 1991 começou sem que o MEC conheça a dimensão exata do número de analfabetos existentes no País, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou em 1990 o Censo e por isso, o índice é calculado em cima de estimativas. Para o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), foram liberados recursos da ordem de Cr\$ 53 bilhões.